

Mestrado em Formação Educacional, Interdisciplinaridade e Subjetividade.

AS DIFERENTES FACES DO CURRICULO ESCOLAR

Irecê

Junho/2015

JAKLANE NUNES RABELO

AS DIFERENTES FACES DO CURRICULO ESCOLAR

Trabalho apresentado como exigência da Disciplina Educação e Currículo no Mercosul, sob orientação do professor Jorge Fernando Hermida no Curso de Mestrado em Formação Educacional, Interdisciplinaridade e Subjetividade da Universidade Interamericana, através de convênio com a assessoria Khonos Educacional.

Irecê

Junho/2015

AS DIFERENTES FACES DO CURRICULO ESCOLAR

 Jaklane Nunes Rabelo\* [[1]](#footnote-2)

O sistema educativo, por muito tempo, vem sendo utilizado como ferramenta para os interesses políticos e econômicos do Estado capitalista. Por isso, toda a sua organização administrativa e todas as ações pedagógicas desenvolvidas estiveram voltadas as questões de poder (autoritarismo, competitividade, individualismo etc) e da legitimação do paradigma ideológico da classe dominante. Segundo Bourdieu (1996), isso acontece, porque no processo de ensino utilizaram-se estratégias pedagógicas para inculcar na subjetividade dos indivíduos valores, saberes e conhecimentos que contribuíram na conservação da ordem social estabelecida. Desse modo, se produziram estruturas cognitivas incorporadas que estiveram em consonância com os interesses da estrutura objetiva, fazendo com que todos os indivíduos inseridos no sistema de ensino passassem a considerar legitima e natural a dominação imposta sobre eles.

Nesse contexto, o currículo, como importante instrumento educativo, passou a ser considerado peça fundamental no processo de conservação das relações de poder dentro, e fora, do ambiente pedagógico. Uma vez que, percebeu-se que, por meio dele, seria possível selecionar e organizar os conhecimentos a serem ensinados, estabelecendo capacidades e habilidades que deveriam ser desenvolvida e, assim, direcionar o ensino e controlar o processo de integração entre o conhecimento-professor e conhecimento-aluno.

A escola tradicional, através do currículo, pode, intencionalmente, estabelecer conhecimentos que restringisse a reflexão do educando sobre aspectos sociais abrangentes, reduzindo sua capacidade de questionamento a respeito das estruturas sociais de poder, da sua condição humana e do seu posicionamento como individuo transformador. Por isso Connel (2013, p.11) alerta que o currículo, baseado na teoria tradicional, seria definido como “dominante ou hegemônico”, haja vista que, historicamente, esse se concretizou a partir de “práticas educacionais de homens europeus das classes altas”, mas que fora inserido no sistema de ensino das massas, durante os últimos cento e cinqüenta anos, com o objetivo de disseminar valores e saberes que marginalizaram outras experiências e outras formas de organizar o conhecimento.

Nessa perspectiva, a proposta curricular da teoria tradicional procurou fragmentar o conhecimento e desvalorizar a percepção crítica dentro do ensino, determinando o que deveria ser ensinado e a quem essa aprendizagem deveria servir: para as massas, priorizou-se a preparação profissional, desenvolvendo conceitos e metodologias que ativasse apenas as capacidades cognitivas voltadas ao conhecimento técnico-profissionalizante, enquanto, para a elite, ofereceram-se, por meio da formação universitária, maiores possibilidades de acesso aos mais diversos conhecimentos. Essa atitude, em um determinado período histórico, serviu para garantir o aumento significativo de mão-de-obra especializada e determinar a ordem hierárquica dentro do mercado de trabalho, em uma época em que o desejo do progresso industrial era preocupação primordial e a educação tornar-se-ia uma peça fundamental no processo de desenvolvimento econômico-social.

Sendo assim, Orso (2008, p.51) afirma que a educação, pode ser compreendida como um “reflexo” da sociedade que a produz, expressando por meio do currículo o nível de compreensão daqueles que a fazem. Assim, entende-se que é através da educação e, consequentemente, por meio do currículo, que a ideologia dominante, prevalecida na estrutura social vigente, define, implicitamente, todas as suas crenças e valores, estabelecendo e/ou definindo papeis sociais a serem desempenhados e, com isso, amplia a desigualdade de oportunidades e garante a conservação do seu poder.

Todavia, após os diversos movimentos sociais ocorridos nos Brasil e no mundo, essa percepção de currículo passa a ser questionada. Diante disso, a teoria curricular tornou-se mais crítica, concebendo o currículo escolar, não apenas em sua perspectiva técnica organizacional, mas, também por uma perspectiva subjetiva. Um instrumento educativo que envolve elementos político-ideológicos e sócio-culturais, por onde, se pode observar, analisar e evidenciar aspectos de significações, identidades e motivações implícitas que alicerçariam as relações de poder na sociedade.

Nessa perspectiva, o currículo passa a ser compreendido não mais como um elemento ideologicamente neutro - desprovido de intenções ocultas – mas, visto como uma ferramenta educativa que precisaria ser pensado e construído coletivamente, respeitando a participação democrática reflexiva e crítica. Um instrumento que fosse o resultado da conscientização de todos os indivíduos que formam o processo educativo (administração, família, professores e alunos) que se preocupam verdadeiramente com a educação e que buscam por meio dela transformar a realidade social.

Diante disso, entende-se que por meio da construção do currículo, cada sujeito, é impulsionado a assumir o seu papel de “intelectual orgânico” (Gramsci), onde deve apossar-se de todo o conhecimento teórico e técnico, exigido no processo de construção desse importante documento, para adotar sua visão de mundo, seguindo uma linha de conduta deliberada, e assim, contribuir para defender e fazer prevalecer junto aos demais sua percepção de mundo, produzindo novas maneiras de pensar (MACHIOCCI, 1976, apud GADOTTI, 2012).

Para a teoria critica, por meio do currículo, a escola pode tornar-se um lugar propicio ao questionamento crítico e a discussões sobre aspectos culturais, políticos e sociais que revelam contradições e conflitos existentes na sociedade, conduzindo o educado a novas perspectivas. Por isso, a teoria crítica do currículo opõe-se ao ensino baseado no na teoria curricular tradicional, por acreditar que esse tipo de ensino traz consigo elementos que legitima e favorece a ideologia capitalista, reproduzindo, dentro do contexto escolar, relações hierarquizantes que alienam os indivíduos e fortalece a desigualdade social.

Atualmente, com as inúmeras exigências impostas pela sociedade globalizada, os indivíduos vêm vivenciando novas experiências sociais e, por isso, são impulsionados a conviverem em meio a uma maior diversidade de saberes e conhecimentos. Nesse novo contexto histórico, a educação torna-se obrigada a priorizar novas práticas pedagógicas, propiciando olharem ainda mais críticos sobre os diferentes aspectos políticos, sociais e culturais que envolvem os mais variados conhecimentos que circulam na sociedade.

Sendo assim, a teoria curricular pós-critica sugere que durante a construção do currículo, se considere aspectos ainda mais críticos dos que foram enfatizados pela teoria critica curricular, ressaltando a necessidade de destacar, nessa construção, elementos subjetivos como identidade, alteridades, tolerância (respeitos as diferenças étnicas, de gênero entre outras) e senso de responsabilidade ecológica e sustentabilidade. Esse pensamento - que vem movendo diferentes teóricos, em especial Edgar Morin - sugere que por meio do currículo é possível direcionar um trabalho pedagógico voltado à valorização da humanidade, onde haja a necessidade de revisar conceitos e conhecimentos para resgatar, historicamente, a participação social e cultural de todos os grupos éticos e de minorias que, por séculos, foram marginalizadas e que, ainda hoje, lutam para se tornaram visíveis aos olhos do pensamento dominante.

A teoria pós-crítica ver o currículo como uma possibilidade de transformação social. Uma ferramenta que transforma a escola em uma instituição social eficaz, capaz de conscientizar os sujeitos sobre a importância da vida e da natureza, fortalecer identidades e valorizar potencialidades a partir do encontro com a pluralidade culturas e social. A educação, nesse sentido, estaria centrada no “desenvolvimento da compreensão e da condição humana, na cidadania planetária e na ética do gênero humano” (MORIN, 2011. p.13). Seria uma educação que prioriza a sensibilidade e a ética no processo de construção dos conhecimentos, que impulsione o sujeito a uma participação ativa, sempre agindo de forma responsável e comprometida no momento de transformar a sociedade e a natureza.

Partindo dessa premissa, constata-se que a teoria pós-critica sugere que se repense o papel do Currículo no contexto social contemporâneo, uma vez que o mesmo, historicamente, configura-se como importante instrumento educativo constituído por elementos político-ideológicos, que serviram, e ainda servem, para nortear o processo de ensino-aprendizagem, criando elos entre os interesses sociais e os conhecimentos produzidos no contexto pedagógico.

Portanto, entende-se que, o conceito de currículo não deve estar restrito a noção de simples instrumento técnico organizacional - neutro das influencias externas geradas por problemáticas sociais-, mas sim, direcionando a percepção de que toda a ação pedagógica deve partir da reflexão, do questionamento e da critica sobre os aspectos históricos, político-ideológicos e culturais que constroem as relações de poder na sociedade, observando como essas se reproduzem dentro e fora do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

CONNEL, Robert W. **Pobreza e educação**. In GENTILI (org). **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2013.

 MACCHIOCCI, Maria Antonieta. **A favor de Gramisci**. In GADOTTI, Moacir, **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. 16 ed. São Paulo. Cortez. 2012.

MORIM, Edgar. **Os sete saberes necessários á educação do futuro**: tradução: SAWAYA, Jeanne e SILVA, de Catarina Eleonora F. 2 ed. ver. São Paulo; Cortez. 2011.

ORSO, José Paulino (org). **Educação e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular. 2008.

1. \* Professora - Letróloga graduada pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB); Especialista nas áreas de História da Cultura Afro-Brasileira pela Faculdade de Tecnológicas e Ciência da Bahia (FTC), Literatura e Linguística pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e Metodologia de língua portuguesa, pela faculdade Vasco da Gama de salvador. E-mail lanerabelo@hotmail.com [↑](#footnote-ref-2)